



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Desindustrialização no Brasil

LEONARDO ROCHA DE CASTRO

**Brasília
2014**

LEONARDO ROCHA DE CASTRO

Desindustrialização no Brasil

Monografia de Graduação apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Graduado em Geografia.

Orientadora: Prof. Dr^a Cláudia Andreoli Galvão

Brasília
2014

LEONARDO ROCHA DE CASTRO

Desindustrialização no Brasil

Monografia de Graduação apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Graduado em Geografia.

Banca Examinadora:

Prof. Dr^a Cláudia Andreoli Galvão (Orientadora)

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho (UnB)

Prof. Dr. Violeta de Faria Pereira (UnB)

Brasília
2014

“(…) A Coréia do Sul olhava para o Brasil com alguma inveja, um exemplo a ser seguido” (CANUTO, 1994, p 7)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Marcus Fábio Ribeiro, Cláudia Andreoli, Thiago Sampaio, Dayane Augusta, Andréia Marinho, Ercília Steinke, Cláudio Pertu, Suyanne Machado, Michel Santos, Rebeca e Suzana Yamada, Renata Honorato, Fernanda Andrade, Fernando Sobrinho e aos meus pais, Luiz Alberto e Tânia Castro. E claro, não poderiam faltar o Bruno Mol e o Bruno Canongia que discutiram comigo o assunto antes de tomar qualquer forma.

RESUMO

A perda da produtividade da indústria nacional, observada empiricamente e também avaliadas por dados quantitativos, vem revelando um cenário preocupante em relação à indústria brasileira de produtos manufaturados perante à concorrência internacional, especialmente a asiática que já conquistaram os mercados do mundo com bens de média e alta tecnologia enquanto o Brasil dá sinais de reprimarização em sua pauta exportadora, amargando um saldo negativo na balança comercial, importando toda a sorte de produtos manufaturados e seguindo os rumos de desindustrializar-se.

Palavras-chave: desindustrialização; empregos; balança comercial; geopolítica.

ABSTRACT

The loss of productivity of the national industry, empirically observed and evaluated also by quantitative dates and figures; has revealed a worrying scenario for the Brazilian manufacturing industry products before an international competition, especially the Asian products which have already conquered the world market with medium and high technology goods, while Brazil seems to regress, trading more commodities than manufacturing products, embittering, a negative balance trade, importing all kinds of manufactured goods and following the direction of deindustrialization.

Keywords: deindustrialization; employment; trade balance; geopolitical

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
CAPÍTULO 1	5
<i>Indústria Conceito:</i>	5
1.1 - <i>Importância da Indústria</i>	6
1.2 - <i>Globalização</i>	6
1.3 - <i>Tipos Básicos da Cadeia Produtiva</i>	7
1.4 - <i>Cadeias Produtivas e Natureza dos Empregos</i>	7
1.5 - <i>Inserção Periférica na Globalização (Deslocamento)</i>	8
1.6 - <i>Descentralização da Indústria no Brasil</i>	9
CAPÍTULO 2	11
<i>Países de Industrialização Tardia - Newly Industrializing Countrys (NICs)</i>	11
2.1 - <i>Industrialização Tardia e Periférica</i>	12
2.2 - <i>Substituição das Importações</i>	13
2.3 - <i>NICs Asiáticos x NICs Latino Americanos - Brasil e Coréia do Sul</i>	14
2.4 - <i>Recessão Econômica dos Anos 80</i>	15
2.5 - <i>Expansão Industrial da Coréia do Sul</i>	15
2.6 - <i>Superavit Comercial</i>	17
2.7 - <i>Proximidade com o Japão</i>	17
CAPÍTULO 3	18
<i>Desindustrialização – Conceito</i>	18
3.1 - <i>Desindustrialização é um processo</i>	18
3.2 - <i>Desindustrialização Pejorativa</i>	22
3.3 – <i>Desindustrialização Prematura e perda da competitividade</i>	22
3.4 - <i>Doença Holandesa</i>	23
CAPÍTULO 4	26
<i>Desindustrialização no Brasil</i>	26
4.1 - <i>Contexto Histórico e Comparativo</i>	26
4.2 - <i>Desindustrialização Precoce no Brasil</i>	27
4.3 - <i>Perda de produtividade e investimentos</i>	29
4.4 - <i>Doença Holandesa Brasileira</i>	32
CONCLUSÃO	35
BIBLIOGRAFIA	37

LISTA DE TABELAS

Figura	Autor	Fonte	Página
1- Gráfico –Taxas de juros nos EUA	Desconhecido	Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182008000400004 . Acesso em 16 de Agosto de 2014.	15
2 – Empregos manufatura	CASTRO, Leonardo Rocha	<i>Desindustrialização no Brasil</i> . Brasília:UnB, 2014. Monografia de Graduação.	20
2.1 Emprego Serviços	CASTRO, Leonardo Rocha	<i>Desindustrialização no Brasil</i> . Brasília:UnB, 2014. Monografia de Graduação.	20
2.2 manufactory output vs. Employment	Desconhecido	Desconhecida	21
2.3 – scale for north sea oil and gas share	F.L & L.A. Rivera-Batiz	<i>International Finance and Open Economy Macroeconomics</i> (Optional Textbook), 2nd ed., 1994, p.357	23
2.4 – Ontario manufacturing employment and Canadian Dolar	Canada West Foundation -Blog	Canada West Foundation Blog Disponível em: http://cwf.ca/blog/Canada West Foundation Blog/tag/china/ . Acesso em 16 de Agosto de 2014	25
3 – Valor adicionado em relação ao PIB da indústria de transformação e PIB per capita: desindustrialização precoce	DIEESE	Desindustrialização: Conceito e a situação do Brasil. In <i>Nota técnica número 100</i> . São Paulo, 2011, p. 04	27
3.1 – Participação da Indústria de transformação x Renda Per capita 1970-2010	FIESP	Porque Reindustrializar o Brasil. In <i>Equipe Técnica</i> . São Paulo, 2013, p. 13	28
3.2 – Indústria de transformação brasileira, 1995 a 2029	FIESP	Porque Reindustrializar o Brasil. In <i>Equipe Técnica</i> , 2013, p. 16	28
3.3 – Balança Comercial, saldo de produtos manufaturados	CASTRO, Leonardo Rocha	<i>Desindustrialização no Brasil</i> . Brasília:UnB, 2014. Monografia de Graduação.	29
3.4 Indústria Geral	IEDI	Disponível em: http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_585.html . Acesso em 16 de Agosto de 2014	30

3.5 – Indústria Geral: produção	IEDI	Disponível em: http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_585.html . Acesso em 16 de Agosto de 2014	31
3.6 – Indústria Geral: pessoal ocupado	IEDI	Disponível em: http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_585.html . Acesso em 16 de Agosto de 2014	32
3.7 – Commodity lift-off	Economomist	Disponível em http://www.economist.com/node/21536570 . Acesso em 16 de Agosto de 2014.	33
3.8 – Exportações brasileiras para a China	CASTRO, Leonardo Rocha	<i>Desindustrialização no Brasil</i> . Brasília:UnB, 2014. Monografia de Graduação.	34
3.9 – Importações brasileiras para a China	Idem	<i>Desindustrialização no Brasil</i> . Brasília:UnB, 2014. Monografia de Graduação.	34

INTRODUÇÃO

À partir da segunda metade dos anos 2000, foi observada uma mudança na qualidade e origem dos produtos industrializados como roupas, acessórios, brinquedos, lâmpadas e produtos eletrônicos que se estendiam para quase toda a cadeia de manufaturados, seja eles de média ou alta tecnologia.

Nas lojas de departamento a constatação nas etiquetas que praticamente todas as roupas eram produzidas na Ásia, especialmente na China e não encontrava-se um concorrente nacional em qualidade apresentando melhores preços. A mesma observação se repetia em relação aos utensílios para o lar e oficina como: colheres plásticas, vasilhames, lanternas e ferramentas, todos produzidos na Ásia a um preço mais baixo que o convencional, com qualidade inferior e muitas vezes não encontrando nenhum concorrente nacional.

Dessas observações surgiu a problemática em constatar se o Brasil estaria passando por um processo de desindustrialização, uma vez que muitos destes produtos eram manufaturados pela indústria nacional com qualidade satisfatória, mas que agora em diante não eram mais encontrados nas lojas, sufocados pelas vendas asiáticas.

Antes de procurar e levantar dados quantitativos, foi necessário buscar o conceito de desindustrialização, que é um fenômeno recente e que começa a ser estudado a partir dos anos 90 e está mais vinculado à dinâmica econômica dos países desenvolvidos, não sendo suficiente para qualificar a situação brasileira.

Os dados quantitativos também apresentam problemas para melhor análise, uma vez que alguns órgãos e institutos como o IBGE possuem critérios que podem maquiagem a verdadeira situação, como por exemplo: contabilizar como sendo de produção nacional notebooks e computadores que possuem quase todas as peças fundamentais importadas como: processadores, placa de rede e telas LCDs, mas que foram apenas montados aqui no Brasil. Outro problema foi a atualização dos dados, que a partir de 2011 ficou comprometida por políticas internas do Instituto sendo necessário escalonar as informações com outros órgãos, ministérios e fundações públicas e privadas.

Dessa forma para melhor compreensão, dinâmica e justificativa da desindustrialização no Brasil, este trabalho apresenta quatro capítulos, sendo o primeiro um esboço geral da importância da indústria na sociedade, sua importância na aceleração da economia e a influência na espaço, promovendo a urbanização. Trata ainda do impacto das cadeias globais de produção nos países periféricos e subdesenvolvidos, buscando mão de obra barata para reduzir os custos na manufatura, e que a longo prazo, em virtude da mecanização e trabalhadores pouco qualificados, tais países não se beneficiaram dos lucros dessas empresas.

Uma comparação entre a indústria na América do Sul e Ásia, tidos como *países recentemente industrializados (NICs)* é tratado no capítulo 2, que demonstra como as políticas públicas a longo prazo fizeram com que a indústria asiática, em especial da Coreia do Sul, ultrapassassem os países Latinos em eficiência e qualidade em seus produtos, elevando a renda per capita daquele país e transformando-o em uma potência industrial.

Os capítulos três trata especificamente da desindustrialização, abordando seus conceitos gerais como a transição do emprego para o setor de serviços, uma dinâmica tida como normal no processo de desindustrialização nos países desenvolvidos, enquanto o quatro busca, por meios da análise de dados dos principais órgãos e institutos públicos e privados, comprovar que o Brasil está passando por um processo de desindustrialização, porém ao contrário do ciclo normal que ocorreu com os países desenvolvidos, a desindustrialização brasileira ocorre de forma pejorativa, antes do país completar seu ciclo industrial pela falta de inovação tecnológica, baixos níveis de produtividade além de não apresentar aumentos reais na renda per-capta.

CAPÍTULO 1

Indústria Conceito:

Indústria é uma atividade econômica surgida com a Revolução Industrial, no fim do século XVIII e início do século XIX, na Inglaterra e que tem por finalidade transformar matéria-prima em produtos comercializáveis, utilizando para isto força humana, máquinas e energia. A partir de então essas transformações passaram a ser intensas e irreversíveis e o homem passa a construir o espaço geográfico independente das limitações naturais

Desde a sua revolução, a indústria passou por três fases distintas: a primeira ainda na era da máquina a vapor e carvão na Inglaterra se caracterizava por utilizar mão de obra desqualificada, dada sua base mecânica ainda simples.

As pesquisas em energia a partir do petróleo e o domínio da eletricidade dão início à segunda fase da indústria, tendo os veículos automotores e a telecomunicação como representante de sua era, trazendo o desenvolvimento das grandes cidades e a busca pela maior eficiência da produção com redução dos custos, como por exemplo o fordismo.

A terceira fase industrial é caracterizada pela utilização de alta tecnologia proveniente da informática e aumento da capacidade de processamento de dados, aliado à dinâmica das telecomunicações responsável pela globalização, que podem separar a cadeia de produção entre vários países na busca por eficiência e custos reduzidos. Nessa nova fase, as pesquisas científicas e tecnológicas são valorizadas e o investimento em educação é fundamental, haja visto que as novas regiões industriais ou tecnopolos (Vale do Silício – California, Route 128 MIT em Boston, Tokyo-Yokohama, Paris-Sud, corredor M4 – Londres, Munique na Alemanha e São Carlos-Campinas no Brasil, etc.) não se localizam mais nas áreas onde existem abundância de matérias-primas, como ocorria nas velhas regiões industriais, mas encontram-se principalmente nas proximidades de importantes centros de pesquisa e de ensino universitário.

Do ponto de vista político econômico, podemos considerar três modelos de industrialização: a clássica ou original, ou seja, aquela típica dos países desenvolvidos, iniciada ainda século XIX na Inglaterra, sendo a primeira revolução. A planejada, ou seja, aquela ocorrida já no século XX, nos países denominados socialistas. E a tardia, periférica, ou retardatária, ocorrida em países, como

Brasil e Coréia do Sul que chegam ao século XX ainda agrários, mas que industrializam-se em poucas décadas mudando radicalmente a sua estrutura social, política e econômica.

1.1 - *Importância da Indústria*

A indústria possui um importante papel no desenvolvimento econômico e social devida sua capacidade de multiplicar a produção refletindo em um maior estímulo do setor por meio de maiores investimentos aliado ao crescimento da renda per capita. Segundo Kaldor:

“Existe uma forte relação entre o crescimento do setor manufatureiro e da produtividade da economia como um todo pois, a indústria operaria com rendimentos de escalas crescentes, dado o progresso tecnológico, às externalidades geradas e a ramificação da cadeia produtiva com outros setores da economia.” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 06)

Com o avanço e consolidação da indústria, abriu-se espaço para a urbanização surgindo então uma nova economia em função da demanda por serviços e comércio. Essa nova economia progressivamente irá absorver a mão de obra e o setor industrial, deixando de ser o principal gerador de empregos. Porém, mesmo após o equilíbrio entre os setores, a indústria é a responsável pelos avanços tecnológicos que geram os rendimentos crescentes de escala.

“(…) os setores com tecnologias baseadas em recursos naturais e intensivas em trabalho têm maior capacidade para gerar empregos diretos. Os setores com tecnologia intensiva em escala, diferenciada e baseada em ciência, por seu turno, por possuírem, salvo exceções, maior intensidade na relação capital/trabalho (notadamente os intensivos em escala) e maior sofisticação tecnológica em seus processos produtivos, têm, por isso mesmo, maior capacidade não somente para promover efeitos de encadeamento para frente e para trás – e, portanto, maiores efeitos multiplicadores de renda e emprego – como também para produzir e difundir inovações para o restante da economia.” (NASSIF, 2006, p. 22)

1.2 – *Globalização*

As modificações socioeconômicas na década de 70, relacionada ao processo de internacionalização da economia devido ao salto qualitativo ocorrido com as tecnologias da informação; fornecerão as bases para a manutenção dos mercados internacionais (já existentes desde a época da colonização), mas agora ligadas a uma economia financeira em tempo integral reunindo no mesmo bloco indústria, mercado e governo.

Os elevados investimentos necessários à liderança tecnológica de produtos e processos

ocasionou a formação de conglomerados que se habilitam como pilares na cadeia produtiva, reunindo um conjunto de algumas centenas de empresas mundiais participando da produção de alimentos, combustíveis, energia, informática e automóveis.

“As cinco maiores corporações dos Estados Unidos (Balanços de 1999) eram General Motors, Wall Mart, Exxon Mobil, Ford e General Electric. Elas faturaram um total de 795 Bilhões de dolares.. número superior ao PIB Brasileiro neste ano” (DUPAS, 2001. Pag 41)

1.3 - *Tipos Básicos da Cadeia Produtiva*

Producer-Driven: são as grandes manufaturas coordenando as networks, utilizando intensivamente capital e tecnologia.

Buyer-Driven: são fundamentalmente os grandes varejistas, designers e trading networks – descentralizados em vários exportadores – especialmente nos países desenvolvidos.

Uma atenção especial às cadeias Buyer-Driven, formados por grandes varejistas e trading companies, como Wal-Mart, Sears, JC, Nike, Reebok, etc.), onde essas empresas não fabricam, somente controlam como, onde e quando a produção irá acontecer e que parcela de lucro deve ser auferida a cada estágio da cadeia. A produção é em geral desempenhada por subcontratados nos países em desenvolvimento, que produzem os bens finais para os compradores externos com base nas especificações fornecidas pelos grandes atacadistas, que desenham mas não fabricam o produto, como ocorre com os computadores da Apple por exemplo.

1.4 - *Cadeias Produtivas e Natureza dos Empregos*

A fragmentação da cadeia produtiva nas empresas transnacionais e globalizadas trouxeram novas questões quanto a qualidade, geração e gestão dos empregos e sua distribuição regional sobre os diferentes países no mundo.

Podemos então classificar a distribuição e qualidade do emprego em três níveis, sendo que o primeiro envolve as corporações líderes, predominando empregos formais de alta qualificação e maiores salários. O segundo nível comunica-se e possui também características semelhantes ao do primeiro, porém está mais em contato com a base da cadeia e seus funcionários são realocados em função das fusões e acordos tecnológicos entre as empresas.

O terceiro e quarto nível possuem menor qualificação e acordos formais de trabalho que são substituídos por subcontratações temporárias, como afirma DUPAS 2001, “as cadeias globais podem estar fortemente fragmentadas por processos de franquias, terceirizações e parcerias que se incorporam em sua lógica, como forma de otimizar vantagens e custos de fatores de produção”.

Com a flexibilização da informática e rede de comunicações, as grandes empresas e corporações passaram então a descentralizar e desindustrializar sua produção nos países de origem, mantendo neles os funcionários de primeiro e segundo nível, enquanto os trabalhos que exigem menor qualificação passam ser feitos em países que permitem os acordos de subcontratação e menor rigor a legislação trabalhista e ambiental.

1.5 - Inserção Periférica na Globalização (Deslocamento)

O acordo de Bretton Woods determinou à economia capitalista o câmbio pré fixado perante o dólar americano, após a segunda guerra mundial, estabelecendo regras comerciais perante as nações mais industrializadas com a criação do Fundo Monetário Internacional. Entretanto, a crise do petróleo nos anos 70, as pressões sindicais dos países desenvolvidos e os problemas de liquidez internacional promoveram uma revisão deste sistema, motivando assim os países em desenvolvimento a adotarem políticas cambiais flutuantes resultando no deslocamento da indústria para países periféricos.

Apesar dos centros de decisões estratégicas das corporações transnacionais localizarem-se nos países desenvolvidos, em cidades como Nova Iorque, Londres, Tokyo e seguidas de cidades universitárias, por estarem mais próximos dos centro de pesquisas. A busca por maiores lucros e competitividade nos preços levaram as empresas a se deslocarem para países subdesenvolvidos, fragmentando a produção em vários locais. Os segmentos produtivos onde o trabalho não qualificado não é essencial é deslocado para esses países, pois a mão de obra é barata.

“Na produção transnacional não se observa um padrão de distribuição espacial muito definido. A localização de cada etapa produtiva depende dos fatores que são utilizados de forma mais intensa e dos seus custos relativos.”
(DUPAS. 2001, página 48.)

O impacto das novas cadeias de produção sobre os empregos globais varia conforme uma série de fatores como: acomodação de cada país dentro da cadeia produtiva; a forma de entrada do

investimento (fusão, aquisição ou participação minoritária); o tipo de cadeia (uso intensivo de capital ou mão-de-obra); substituição ou não da produção local.

Mas independente das formas e estratégia da incorporação da cadeia global no mundo subdesenvolvido, a tendência é que os líderes das empresas transnacionais e seus fornecedores gerem menos empregos diretos e formais por dólar investido devido à automação, gestão enxuta e processo de *downsizing* de engenharia.

A importância do fracionamento do processo produtivo fracionado – com diversas indústrias espalhadas pelo mundo - com os produtos sendo insumos das outras como bens de capital; o volume do comércio internacional aumenta.

O deslocamento para os países periféricos no primeiro momento pode solucionar os lucros das empresas transnacionais, pois se apropriam das vantagens das reservas de baixos salários, relações contratuais informais e regras ambientais menos rigorosas. Porém, a questão do emprego nos países subdesenvolvidos tende a se agravar com a baixa qualificação e oscilação da demanda devido a instabilidades econômicas. Segundo relatório do Banco Mundial em 1997:

É uma situação de baixa produtividade, emprego esporádico e salários achatados (...) Enquanto alguns não estão totalmente empregados (...) outros trabalham por longas horas durante todo o ano, mas ganham muito pouco e também auferem pouca produtividade. Os baixos salários identifica tais trabalhadores como centro do problema da pobreza. Os pobres são obrigados a aceitar o subemprego.

1.6 - Descentralização da Indústria no Brasil

Assim como a inserção periférica nas cadeias global forçou as empresas e a indústria a procurarem outros países para dinamizar os lucros, encontramos o processo equivalente na escala regional, quando o eixo centralizador das indústria e metalurgia do ABC Paulista, após a luta sindical concentrada na região nos anos 70 e 80, aliado aos programas de incentivo fiscal de outros municípios paulistas e principalmente incentivos e financiamento de bancos estaduais de desenvolvimento em Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, forçou o deslocamento da cadeia produtiva para esses locais e permitindo também a instalação de novas indústrias e fábricas nessas regiões, longe dos sindicatos organizados e alto preço na região central de São Paulo.

Dentro do estado de São Paulo, a desconcentração industrial tomou rumos para cidades como Campinas, Santos, São José dos Campos, Sorocaba e Ribeirão Preto, no processo chamado de interiorização do desenvolvimento econômico paulista.

Porém, a descentralização da indústria em São Paulo, ocorrido entre a década de 70 e 80, não causou a desindustrialização, ao contrário, o governo militar por meio de políticas protecionistas à importação manteve a capacidade produtiva da indústria nacional e do consumo interno, apesar do evidente atraso tecnológico em relação aos produtos manufaturados internacionais.

O aumento da participação relativa de outras regiões do País e daquelas do próprio interior paulista na estrutura produtiva nacional se deu, principalmente, mediante a instalação de novas plantas e com grande complementariedade entre a indústria paulista e aquela instaladas nas demais regiões brasileiras. (SIQUEIRA 2010, pág. 32)

O processo de desindustrialização irá ocorrer depois da descentralização da indústria, quando novas tecnologias, mecanização, abertura dos mercados nos anos 90 e aumento do custo do trabalho na primeira década do ano 2000, darão os primeiros sinais quantitativos que colaboram com a teoria do processo de desindustrialização.

CAPÍTULO 2

Países de Industrialização Tardia - Newly Industrializing Countries (NICs)

Nos anos 70, as economias avançadas enfrentavam a estagflação, porém a recente industrialização dos países asiáticos e latino-americanos apresentaram ritmos intensos de crescimento econômico e industrial, passando a ocupar mercados internacionais. (roupas, calçados, indústria bélica, petroquímico, automóveis), obrigando os processos industriais e capitalistas a implementarem um processo de reestruturação.

Os países desenvolvidos estavam em crise, passando por um período de recessão e inflação aliado a greves gerais e fortalecimento dos sindicatos numa “verdadeira revolta do operário-massa contra os métodos tayloristas e fordistas de produção (ANTUNES, 1991, p. 41)

Neste cenário, ajudado pela diminuição da presença do valor agregado manufatureiro no PIB das economias do primeiro mundo, começou a ocorrer a gradual transferência da atividade de transformação industrial para uma parcela das economias em desenvolvimento,

O crescimento industrial do Brasil, México, Coreia do Sul e Formosa foi acompanhado, em cada caso, por momentos de acelerada mudança estrutural intra-indústria, com peso crescente de setores tecnologicamente menos simples e de escala bem maiores que aqueles exigidos na produção de manufaturados leves tradicionais de consumo. (CANUTO, 1994, p. 14)

A trajetória industrial dos países avançados estaria se repetindo nos Países Recentemente Industrializados (NICs), com aumento da urbanização e mudanças na infra-estrutura em função da implementação das indústrias químicas, metalúrgica básica e de produtos de metal e maquinaria, porém em um intervalo de tempo menor que foi necessário ao processo histórico daqueles países tidos como desenvolvidos.

A interiorização significativa de segmentos da indústria pesada em uma economia periférica representa mais que a emergência de setores com maiores requisitos de capital, escalas e tecnologia que a indústria leve.” (CANUTO, p. 66)

Essa mudança rápida na estrutura e sociedade dos países de industrialização tardia podem gerar problemas sociais e econômicos devido ao êxodo rural e à pouca qualificação da mão de obra e deve ser acompanhado por uma política pública eficiente para sustentar o crescimento.

Neste capítulo, analisaremos os fatores destas mudanças à realidade dos NICs, e às diferenças entre os processos e evolução da industrialização tardia comparando a América do Sul e os países asiáticos, principalmente Brasil e Coreia do Sul.

2.1 - Industrialização Tardia e Periférica

O caráter tardio da industrialização pesada dos NICs impôs-lhes diferenças em relação às experiências anteriores, mas precisamente suas discontinuidades tecnológicas, financeiras e de escalas.(CANUTO, 1994, p. 63)

Além desses fatores temos outras dificuldades como a dinâmica das relações interindustriais, vulnerabilidade em relação a estratégias de agentes externos e na implementação de projetos estatais de industrialização. Neste contexto, as exigências de demanda e disponibilidade para a instalação do parque industrial às presas acarretam falta de segmentação na cadeia produtiva, que também é comprometida pela menor infra-estrutura. A industrialização pesada tardia representava uma discontinuidade muito maior em relação aos países desenvolvidos, que tiveram as tecnologias contemporâneas implantadas de imediato.

Ora, a estrada de ferro sintetizava os resultados finais de décadas de acumulação capitalista na Inglaterra e, por tanto, os países atrasados, ao se industrializarem, estavam realizando um verdadeiro salto, dadas as discontinuidades que se apresentavam entre suas estruturas econômicas e as exigências do processo de industrialização. (Oliveira, 1985, p. 220)

A industrialização tardia promoveu a interiorização dos parques, ainda que inacabados, mas contendo em suas populações os padrões produtivos e de consumo, que já estavam intensamente diferenciados em relação aos constituídos ou reproduzidos nas industrializações anteriores.

O crescimento sustentável da indústria exige um equilíbrio de sua dinâmica, uma vez que os altos investimentos interligados à indústria pesada exigem mercados externos encontrados na indústria leve e produção mercantil. Esse equilíbrio, conquistado após anos nos países

desenvolvidos, são colocados à prova nos NICs , onde uma má administração pública dos recursos e falta de gestão podem colocar em cheque os esboços do desenvolvimento por gerações.

2.2 - Substituição das Importações

É um conceito e também uma política que abordam as mudanças estruturais e relações com o comércio exterior que os países de industrialização tardia precisam passar para seu crescimento. Teoricamente, pode se dizer, que haverá substituição das importações quando os setores em que o coeficiente de importações sobre a demanda interna decrescer.

Entretanto, ao tomarmos por base somente a razão do saldo da balança comercial, mesmo seu saldo ficando negativo ou próximo a ele, um país recentemente industrializado pode estar executando políticas de compras de maquinário importado para implementar sua indústria. Dessa forma, os programas de substituição das importações geram um paradoxo momentâneo, pois os países que almejam entrar na era industrial precisam importar máquinas, equipamentos, insumos e técnicos, afim de começar sua atividade.

Como método político, podemos encontrar planos de proteção da industria nacional, como ocorrido nos anos 70 e 80 no Brasil enquanto se aplicam maquilarias e zonas francas com incentivos fiscais afim de terminar a montagem e fabricação das peças dos bens importados, enquanto se faz a engenharia reversa das peças para que no futuro essa produção e tecnologia possa ser desenvolvida no próprio país.

A longo prazo, trata se de equilibrar a balança comercial, uma vez que os produtos agrícolas possuem pouco valor agregado e estão sujeitos a oscilações de mercado, os novos países industriais ou de industrialização tardia precisam estimular seu mercado interno com sua recente produção industrial de bens duráveis e neste primeiro momento, os consumidores serão penalizados com tributos frente aos bens importados, que até então eram sub taxados, pois não existia equivalente no país.

Temos dessa análise que a exportação não é suficiente para o desenvolvimento de um país, mas o que se exporta e a dinâmica econômica interna. Os países centrais são líderes na inovação e na difusão de tecnologia: no fundo, é este o dinamismo tecnológico e os ganhos de produtividade deles decorrentes que determinam sua liderança econômica

internacional, o que se reflete tanto na sua produção interna como para exportação. (FONSECA, 2003, p. 16)

2.3 - NICs Asiáticos x NICs Latino Americanos - Brasil e Coréia do Sul

O Brasil nos anos 70 já havia concluído seu processo industrial e capitalista e possuía, entre os países em desenvolvimento a mais avançada, complexa e integrada economia industrial, inclusive realizando um esboço da terceira revolução industrial, com produção de computadores nacionais como os TK da Microdigital, Spectrum, Nexus e Scoopus, clones dos padrões Apple e IBM-PC. Enquanto isso, países como a Coréia do Sul ainda precisavam investir em vários segmentos para integrar o seu sistema industrial.

Em 1979/80 a Coréia do Sul olhava para o Brasil com alguma inveja, um exemplo a ser seguido. (CANUTO, 1994, p. 7)

Os regimes autoritários em ambos os países com medidas protecionistas, haviam acelerado a economia via bens de consumo e conseqüentemente a acumulação industrial durante os anos 60 e 70, via créditos, fomentos e pesados investimentos em infra-estrutura criando também proteção discricionária à grupos privados escolhidos pelo governo, na coreia do sul conhecidos como *Chaebols*.

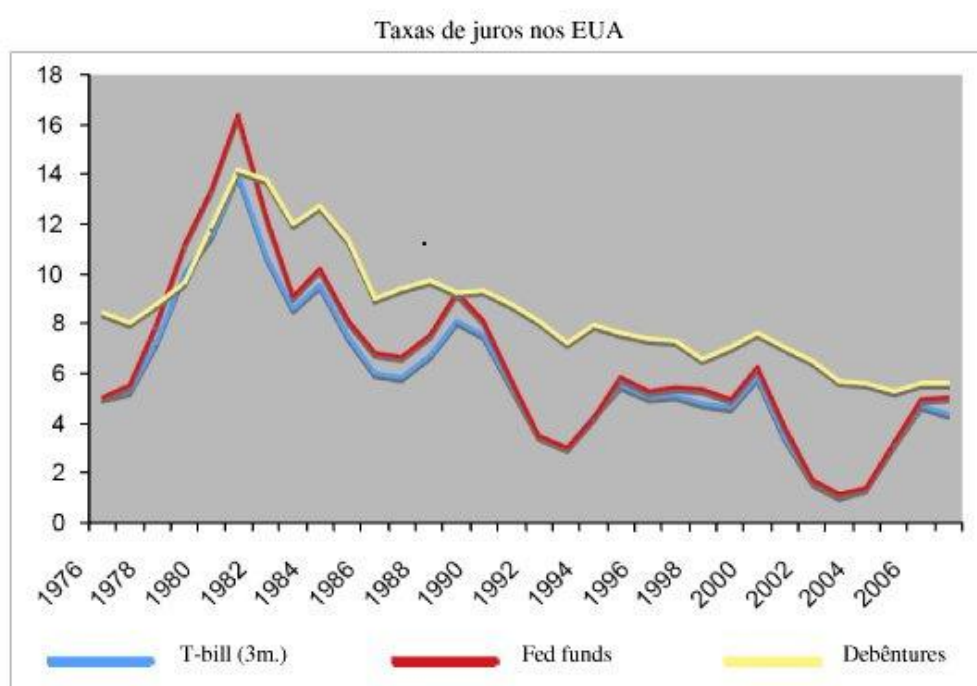
Entretanto, nos anos 80 quando a conta do desenvolvimento chegou para esses países. O Brasil mergulhou em uma crise econômica profunda, sem crescimento e com hiperinflação, enquanto a Coréia do Sul superou a recessão desta década e conseguiu acelerar o seu desenvolvimento, estabelecendo-se hoje como uma potência industrial.

O que deu errado então no Brasil, se seguia à frente como um modelo a ser seguido pelos países que buscavam o desenvolvimento? Várias serão as análises para este fato, a de caráter político foi que, durante esse período, a Coréia do Sul realizou a reforma agrária e concentrou esforço na educação de base, inspirados no modelo japonês, enquanto que no Brasil aumentavam a desigualdades sociais, sem investimentos sociais e em educação. Esse cenário pode ser resumido na frase do Presidente Médici durante o período militar: *O Brasil vai bem, mas o povo vai mal* (1974, entrevista à Revista Visão).

2.4 - Recessão Econômica dos Anos 80

Após passarem pela crise dos sindicatos e petróleo, os países desenvolvidos capitaneados por Ronald Reagan e Margaret Thatcher por meio de políticas neo-liberais e aumento dos juros, desviraram o investimento internacional para seus países, enquanto os emergentes acumulavam a dívida devido a captação de créditos da década anterior aliado a carência de novos recursos do sistema financeiro internacional, como mostra a figura 1.

Figura 1



Fonte: Council of Economic Advisors (2008).

A crise da dívida, Brasil, Coreia do Sul e México, estavam presentes no ranking dos países endividados, mas é a partir daí que os NICs Asiáticos apresentariam desempenho superior, com elevação da produtividade e salários, enquanto os latino-americanos passariam por uma crise estrutural com baixo crescimento e hiperinflação.

2.5 - Expansão Industrial da Coreia do Sul

Explicar o desenvolvimento industrial da Coreia do Sul, um país que até o final da segunda guerra era basicamente agrário e alcança o início do século XXI como uma potência industrial, diz respeito à uma política de país de longo prazo, mais precisamente uma geração ou 30 anos de

planejamento, com menos desvios e ingerência administrativas que marcam os países latino-americanos.

A conquista coreana se dá por fases plurianuais, iniciando-se nos anos 50 com apoio dos Estados Unidos para instaurar os produtos industriais leves como a indústria têxtil por exemplo e produtos não duráveis através da combinação clássica de créditos favorecidos e licenças. Ainda nesta primeira fase, fora implantada a reforma agrária mantendo-se uma pequena burguesia enquanto o programa de alfabetização e investimento em educação preparava o país para o nascimento da nova base social.

Nos anos 60, com maior dinamismo industrial devido à assistência técnica americana e japonesa e ao programa de substituição das importações, o governo coreano, seguindo o dirigismo desenvolvimentista, decide estatizar os bancos e permitir a liberação de crédito além de desvalorizar moeda e tornar competitiva a indústria manufatureira, ainda leve e de bens não duráveis afim de vender seus produtos têxteis e confecções no mundo, alçando competitividade no mercado americano.

Vale salientar que esse processo de controle estatal era tão grande, que dois terços do valor agregado gerado no sistema financeiro estava localizado em órgãos públicos. O Estado coreano utilizou do seu controle direto sobre os empréstimos bancários e ingresso de capital externo para direcionar e guiar o desenvolvimento. Este “dirigismo estatal” buscava antecipar a implementação da indústria pesada na década seguinte: incentivos financeiros, fiscais, gastos públicos e a liberação de câmbio e importações convergiam para os objetivos selecionados.

No início dos anos 70, o país planeja a implementação da sua indústria pesada exigindo um esforço maior, sendo necessário o governo criar o Fundo Nacional de Desenvolvimento afim de implementar sua própria siderurgia e petroquímica para preparar as bases para a construção dos estaleiros, portos, navios, automóveis. Porém esse esforço levou a Coreia do Sul a aumentar sua dívida externa devido às importações e à necessidade de recursos naturais indispensáveis, como ferro e petróleo, em função do aumento da frota interna de automóveis. Entretanto, o país termina os anos 70 tendo concluído seu processo industrial.

Nos anos 80 o mundo conhece os grandes conglomerados coreanos, mais conhecidos como *chaebol*: Samsung, Hyundai, Daewoo, Goldstar, Sunkyon – atuando em um espectro altamente diversificado da malha industrial e foram responsáveis pela execução do projeto estatal de

industrialização pesada. Tem-se que no início dos anos 80, somente 6% das empresas com presença de capital externo eram estrangeiras, enquanto no Brasil e no México esse percentual era respectivamente 60% e 50% (EVANS, 1987, página 208)

2.6 - Superavit Comercial

O programa de substituição das importações aliado aos altos investimentos dirigidos do governo e a competitividade exportadora da sua indústria, mesmo com alta demanda de recursos importados, favoreceram as cotas positivas na sua balança comercial, possibilitando a continuidade dos investimentos privados no mercado internacional.

2.7 - Proximidade com o Japão

Enquanto na segunda metade dos anos 70 e por toda década de 80 o Brasil se tornou prisioneiro da crise da dívida, com efeitos deletérios nas finanças públicas enfraquecendo o Estado a cada ciclo de transferência de recursos a juros para o exterior gerando a hiperinflação, a Coreia do Sul se beneficiava do progresso japonês – líder do novo paradigma tecnológico e organizacional.

Dessa forma, enquanto os países latino-americanos não conseguiam girar sua economia internacional, estagnada com os países desenvolvidos do ocidente, a Coreia driblava essas fontes convencionais de crédito substituindo-as por operações no mercado financeiro japonês .

Além do suporte financeiro, o capitalismo industrial coreano aproveitou a oportunidade excepcional de se engatar diretamente na Terceira Revolução Industrial e Tecnológica através do aprofundamento de parcerias com a indústria japonesa – em punjante ascensão na área do complexo eletrônico.” (CANUTO, 1994, p. 9)

A Coreia do Sul soube aproveitar bem esse momento e mais uma vez a coerência e antecipação do projeto de país com o programa de educação de qualidade, ensinaram os coreanos a se capacitar e produzir, enquanto as empresas japonesas transferiam o fornecimento de componentes de produtos eletrônicos, automobilísticos e mecânicos – possibilitando um rápido aprendizado tecnológico. Enquanto os países latino-americanos, mergulhados em seus problemas sociais e políticos, não conseguiram desenvolver suas economias industriais para o século XXI.

CAPÍTULO 3

Desindustrialização – Conceito

O tema desindustrialização é conhecido, porém pouco empregado e de difícil observação, “*pois parte dos indicadores não são encontrados usualmente na literatura sobre o tema*”. (SQUEFF. 2012, p. 6) sendo, as vezes negado no cenário acadêmico, talvez por ainda não ter sido elaborado um consenso sobre quais índices poderiam configurar uma pesquisa sobre o tema; Porém, partindo de uma avaliação com base na estrutura e dinâmica da indústria de transformação, na ótica intra-industrial a partir da classificação das atividades econômicas e no cenário econômico geral, pode-se propor e criar um método que permita discutir esse tema partindo de uma perspectiva ampla, para análise mais acurada, identificando dados que corroboram ou que possam inclusive contrariar a hipótese de desindustrialização de um país outrora industrializado.

A desindustrialização é geralmente abordada sem uma definição clara do termo, haja vista que há excessiva concentração da pesquisa aplicada em torno da industrialização na economia. Porém esse trabalho visa discutir a desindustrialização por meio da evolução de indicadores de produção PIB, empregos, produtividade, investimento, exportações e importações.

O foco deste trabalho que reflete o tema desindustrialização baseia-se na indústria de transformação, por razão do seu valor agregado ao produto, competitividade internacional e potencial tecnológico uma vez que as demais indústrias como o agronegócio, extração vegetal e mineração, apesar de possuírem elevada participação na economia mundial, são distintas à indústria de manufaturados.

3.1 - Desindustrialização é um processo

Tomando como referência os países desenvolvidos europeus e os Estados Unidos, durante a revolução industrial no século XVIII e XIX, a agricultura respondia por uma participação elevada na economia e mão de obra, posteriormente a indústria começa a ganhar espaço sobre a agricultura, enxugando a mão de obra desta e elevando seus índices de empregos, pois como resume Bresser Pereira (2008): “se o setor industrial for aquele que efetivamente apresentar rendimentos crescentes de escala e os demais não se comportarem da mesma forma, esse movimento tenderá a aumentar a

taxa de desemprego do país ao longo do tempo.” Após esse momento, os serviços que estavam estagnados começarão a crescer gradualmente até responderem pela maior parte do valor adicionado ao PIB e empregos totais.

Nestes termos, a desindustrialização ocorre naturalmente, é um processo observado nos países desenvolvidos onde verifica-se uma redução dos empregos industriais dando lugar aos serviços e ao consumo daqueles bens produzidos pela indústria. De acordo com a experiência histórica dos países desenvolvidos, os dois indicadores clássicos para se observar o processo de desindustrialização são o emprego na indústria e o valor da sua produção no PIB.

“O emprego e o valor adicionado da indústria de transformação no PIB. Posteriormente, a análise deste fenômeno se tornou mais ampla, contemplando também a composição intra setorial da indústria, a evolução da produtividade e a composição das exportações e importações.” (SQUEFF, 2012, p.14).

A perda dos empregados da indústria para outros setores, como o de serviços acontece quando a primeira atinge a maturidade, perfazendo de 30% à 40% do seu produto no PIB, temos então a intensificação da urbanização induzindo o crescimento e diversidade de serviços: comércio, transportes, finanças, saúde, educação entre outros, proporcionando uma nova dinâmica econômica, como pode ser verificado nas figuras 2 e 2.1.

Ao atingir esse elevado padrão, a estrutura produtiva e do emprego passam a se mover no sentido de expandir, modernizar e diversificar ainda mais os serviços, mais que a agricultura e a indústria de transformação, passando o peso relativo desta a cair, perdendo posição para os serviços. Isto é o que se deve entender por desindustrialização num sentido positivo ou normal (CANO, 2012, p. 02)

Figura 2

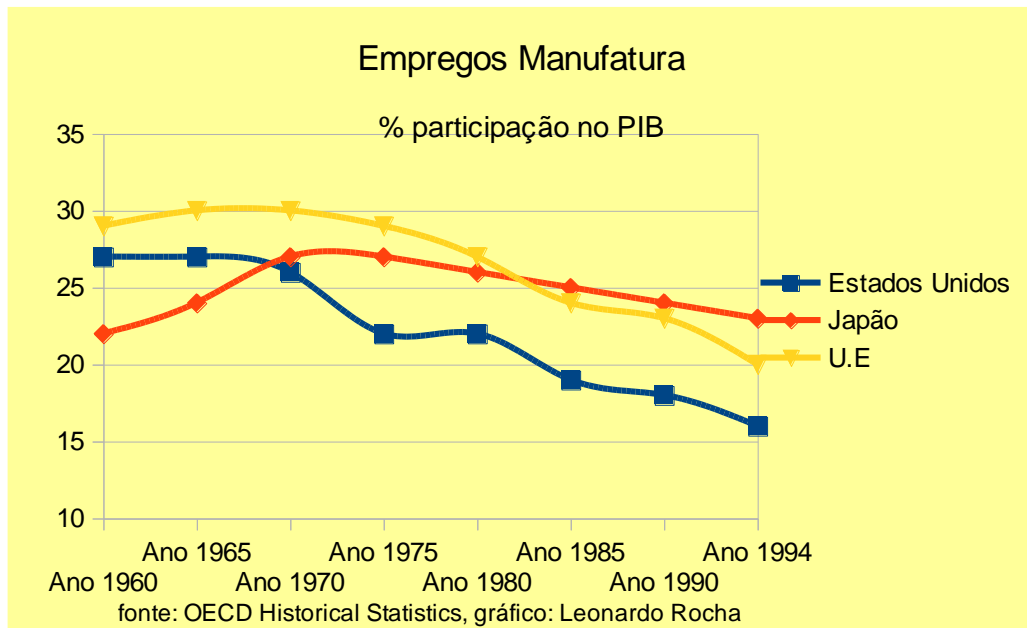
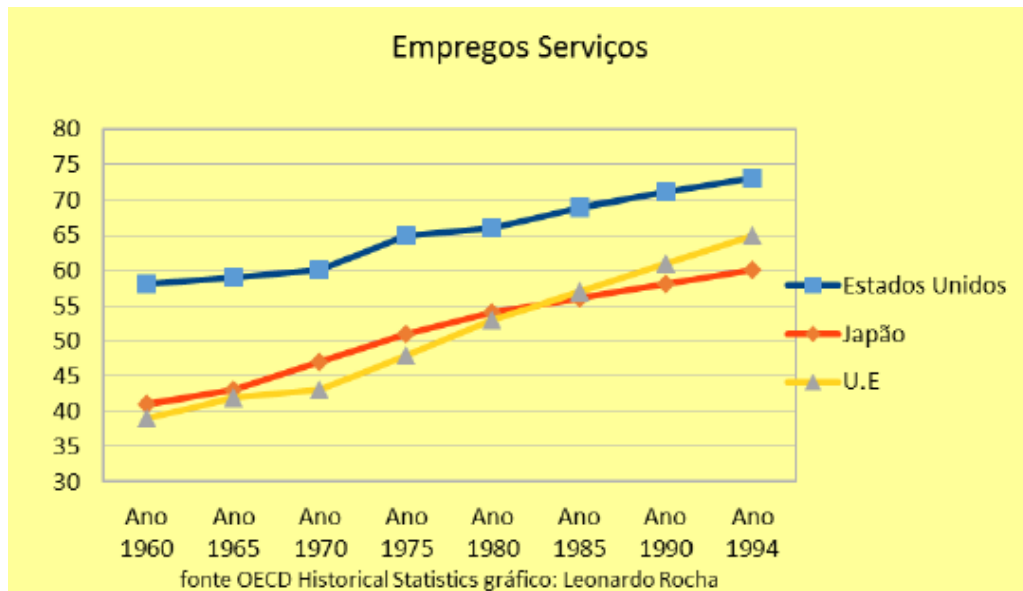


Figura 2.1

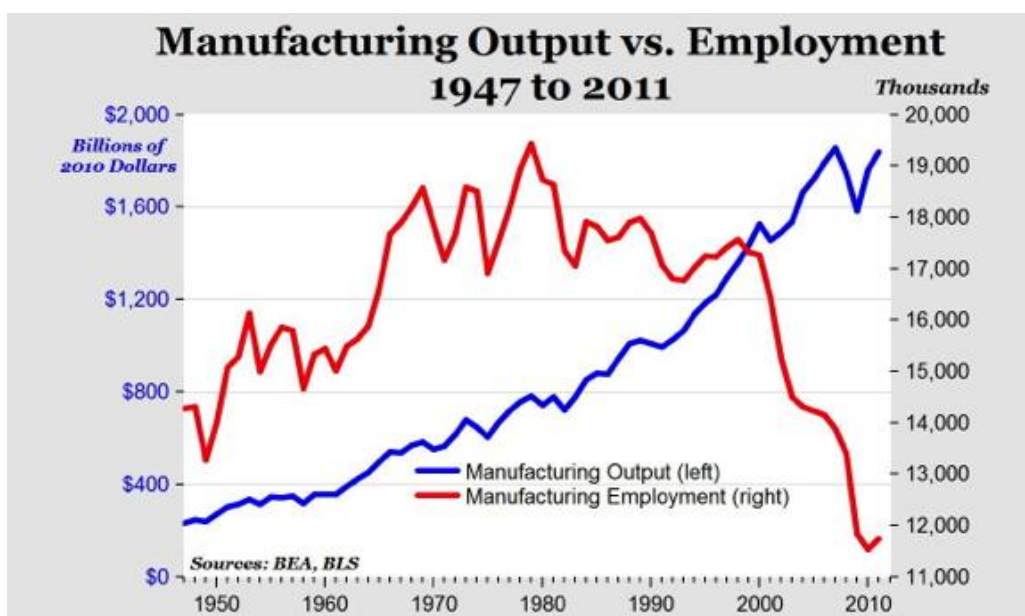


À princípio, poderíamos comprovar a desindustrialização pela redução dos trabalhadores empregados na indústria, porém esta análise não pode ser definitiva, uma vez que os meios de produção à medida que evoluem, podem ser mecanizados e rapidamente padronizado, exigindo pouca mão de obra; teremos um cenário em que há menor participação dos trabalhadores empregados neste setor, porém as plantas industriais e sua produção podem continuar crescendo.

As pointed out earlier, the main focus of this paper is on deindustrialization - the term used in literature to refer the secular decline in the share of manufacturing employment in the advance economies... Public debates about deindustrialization tends in general to be confined as a problem analogous to the widening disparity of earnings and the rising unemployment in advance economies. However, there is a conceptual difference between deindustrialization and these others two development. Unemployment, and widening disparities in earnings, can be viewed as a problem that require solution. This paper argues that deindustrialization, in contrast, is not a negative phenomenon in its own right. It is a inevitable feature of the process of economic development. (ROWTHORN; RAMASWAMY,R. 1997, p. 06)

Esta situação pode ser verificada nos Estados Unidos, onde a produtividade do setor industrial é elevada, demandando pouca mão de obra em relação ao seu passado nos anos 50, quando os empregados na indústria representavam a maior parcela do PIB, como mostra a figura 2.2.

Figura 2.2



Assim, não é possível em termos restritos, caracterizar como desindustrialização o fato do setor industrial apenas reduzir a capacidade de criar postos de trabalho se a participação da indústria na produção de bens e no valor adicionado ao produto se mantém inalterada ou cresce. Não se caracteriza então como desindustrialização no sentido pejorativo que é a perda e diminuição da capacidade produtiva da indústria de um país.

Em um conceito mais abrangente, a desindustrialização seria caracterizada como uma situação na qual tanto o emprego industrial como o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente.

3.2 - *Desindustrialização Pejorativa*

Apesar de ser um processo, a desindustrialização assume características negativas ou pejorativa quando ocorre a perda da capacidade produtiva de um país. A desindustrialização pejorativa pode ser observada e quantificada em função de três indicadores: desindustrialização prematura, perda de competitividade e doença holandesa.

3.3 – *Desindustrialização Prematura e perda da competitividade*

A desindustrialização prematura assume uma conotação pejorativa, pois o nível da renda per capita ainda é baixo, comparado aos países desenvolvidos, no momento em que ocorre o processo natural de desindustrialização. Os Países em desenvolvimento e de industrialização tardia enfrentam esse problema, pois seus setores industriais ainda não estão completos e maduros.

Tal situação decorre em função de que esses países não enriqueceram o suficiente, devido aos problemas sociais e concentração de renda. Dessa forma, não dinamizaram suas economias para para o setor subsequente para continuidade do crescimento, ou seja: a maior participação do PIB do setor de serviços.

Mudança na orientação da política externa também pode levar à desindustrialização, como as políticas de liberalização comercial e de desregulamentação financeira, preconizadas pelo chamado *Consenso de Washington*, fizeram com que o setor manufatureiro de alguns países se reduzisse prematuramente. Argumenta-se que muitas dessas indústrias estavam em seu estágio inicial de desenvolvimento e poderiam ter se desenvolvido à luz das vantagens comparativas

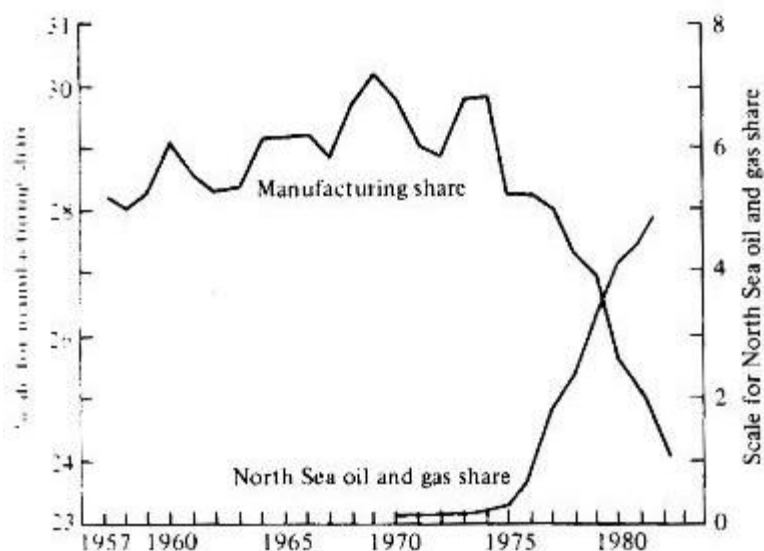
dinâmicas, caso tais políticas não tivessem sido adotadas. Ademais, alguns setores ineficientes poderiam se tornar paulatinamente eficientes se o processo de abertura comercial tivesse sido adotado de maneira seletiva e gradual.

A perda da produtividade poderá ocorrer em função de vários fatores, entre eles o custo do trabalho, os impostos exigidos, infra-estrutura e a concorrência internacional com produtos de melhor qualidade e preços competitivos.

3.4 - Doença Holandesa

A Doença Holandesa foi um termo publicado na revista *Economist* nos anos 70 para explicar a relação de causalidade entre a apreciação cambial da moeda holandesa devido a descoberta de grandes reservas de gás natural no país na década de 60. “O aumento das exportações destas commodities, por seu turno, teria diminuído a rentabilidade das vendas externas de produtos industrializados, reduzindo a participação da indústria e das manufaturas no PIB.” (SQUEFF, 2012, p. 12).

Figura 2.3



“One of the surprising features of modern economic growth is that economies abundant in natural resources have tended to grow slower than economies without substantial natural resources. (Sachs e Warner, 1995).

Este fenômeno ocorre pois, a presença de recursos naturais aumenta a riqueza imediatamente, podendo elevar o poder de compra e consumo da população, tendo que buscar nos produtos importados a satisfação da demanda caso o setor industrial no país em questão não consiga competir; o que acaba ocorrendo, pois os investimentos externos acabam sendo direcionado à exploração dos recursos naturais em detrimento do aprimoramento tecnológico necessário ao setor industrial.

Dessa forma, a abundância de recursos naturais, apesar de causar uma vantagem imediata sobre os demais países que não possuem tais recursos, pode inibir o desenvolvimento econômico a longo prazo e inibir a produção industrial do país que passa a se especializar em explorar os recursos naturais.

Do ponto de vista teórico, a falta de externalidades positivas no setor produtor de *commodities* em relação à divisão do trabalho podem dar a justificativa teórica que associa as baixas taxas de crescimento econômico e a existência de recursos naturais abundantes.

Outro problema de buscar o crescimento da economia com os recursos naturais e agricultura está na volatilidade dos preços desses produtos, na medida em que a incerteza se propaga para os demais setores da economia, onde qualquer queda na produção, seja por sazonalidade, intempéries da natureza ou mudança na política de comércio exterior, podem comprometer de imediato a exportação desses produtos desestabilizando a economia e o mercado interno do país exportador.

“A Doença Holandesa é uma falha de mercado decorrente da abundância de recursos naturais e de mão de obra barata, cuja produção é compatível com uma taxa de câmbio valorizada. Verifica-se assim a presença de rendas ricardianas* para o país, pois a exportação deste produto é um dos fatores responsáveis pela valorização da moeda do país exportador.” (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 08)

Em resumo os efeitos esperados de um aumento nos preços das *commodities* são os seguintes: elevada apreciação cambial, aumento nos gastos do governo em função do aumento da receita proveniente de impostos e *royalties*, déficit nas contas públicas, inflação: o que pode ser observado na figura 2.4.

* Rendas Ricardianas derivam do fato de que “seus custos e correspondentes preços são menores do que aqueles existentes no mercado internacional

Figura 2.4



A doença holandesa e a desindustrialização são conceitos que podem ou não ser correlatos. Enquanto a primeira acarreta o surgimento da segunda, a desindustrialização pode ocorrer simplesmente em função do processo de desenvolvimento econômico. Assim, não podemos tratar os fenômenos isoladamente sem distingui-los.

A distorção de preços relativos pode causar inflação doméstica; podem faltar recursos para fomentar atividades de alto conteúdo tecnológico, cujas externalidades para o restante da economia são superiores às verificadas com a produção de matérias-primas. Por fim, o país pode ter dificuldades de financiar o déficit em conta corrente, quando houver uma mudança nos preços das commodities (SQUEFF. 2012, p. 13).

CAPÍTULO 4

Desindustrialização no Brasil

Dos países recentemente industrializados o Brasil era o que apresentava até o final do século XX um setor industrial diversificado como automóveis, roupas, calçados, brinquedos e materiais plásticos. Apesar de não ser líder em alta tecnologia possuía demanda interna e externa dos produtos acima citados. Porém, o início do século XXI mostrou ao mundo a evolução dos produtos asiáticos, ostentando melhor qualidade a preços competitivos enquanto a indústria nacional aparentava estagnação tecnológica e preços elevados.

Afirmar a desindustrialização do Brasil como processo natural ou pejorativo partirá da análise e referência histórica, e dos fatores como: investimento, produtividade, participação no PIB, câmbio e emprego; tendo como dados os principais órgãos públicos e privados e institutos de pesquisa.

4.1 - Contexto Histórico e Comparativo

Enquanto os países desenvolvidos, após os anos 60 e 70 passaram pela desindustrialização em função da expansão do setor de serviços, gerando mais emprego e renda, tornando-se a atividade dinâmica de suas economias internas, esse processo não levou à falência suas empresas industriais, pois estas possuem setores diversificados e as sedes dessas grandes empresas procuraram outros países para a confecção de suas manufaturas, mantendo a inovação tecnológica e agregando valor ao produto final. A sociedade desses países desindustrializou-se, mas não empobreceu.

Figura 3

Valor adicionado em relação ao PIB da Indústria de Transformação e PIB per capita: desindustrialização precoce

Valor Adicionado da Indústria de Transformação e PIB Per Capita (US\$ PPC)		
Países	VA/PIB	PIB per capita US\$ PPC
Reino Unido *	13,3	32.731
Estados Unidos ****	12,7	42.107
Alemanha **	23,9	33.236
Área do Euro **	18,1	30.966
Japão **	21,2	31.660
Coreia ***	27,9	25.517
Brasil ****	15,5	9.455
Índia ****	15,9	2.970
China ****	33,9	6.200
Média	20,3	23.871

Fonte: IBGE; Banco Mundial. Bureau of Economics Analysis

Nota: *2005 **2007 ***2008 ****2009 .

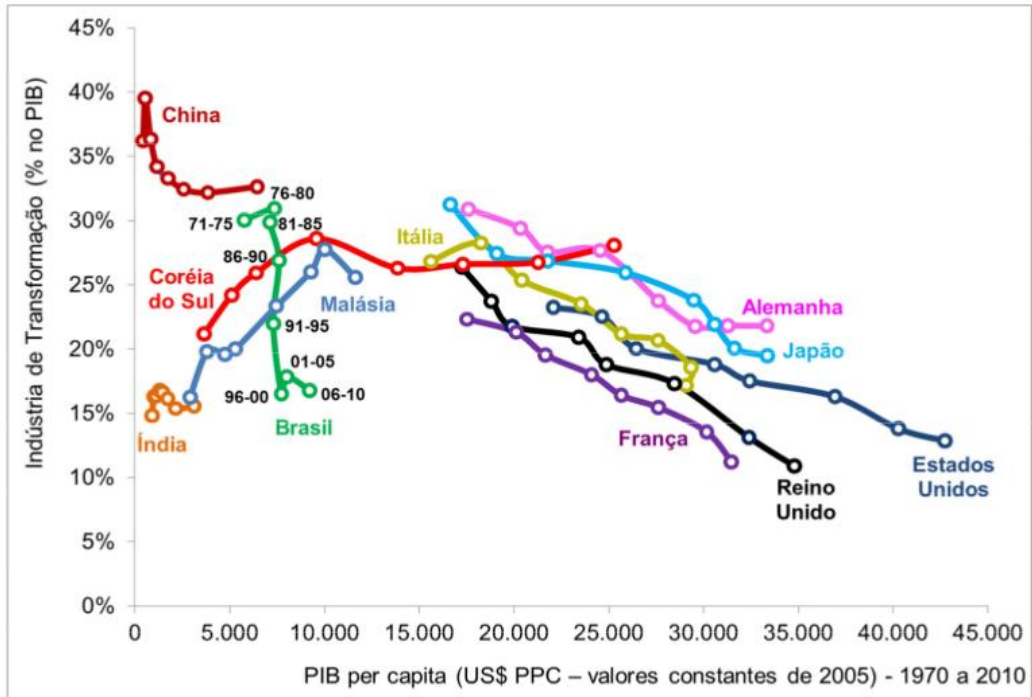
Já os países subdesenvolvidos e que se industrializaram recentemente, enfrentariam a desindustrialização com maiores problemas, uma vez que suas economias não cresceram o suficiente para avançar esta nova fase e o Brasil, um dos mais avançados entre os países recentemente industrializados até os anos 80, em vias de completar seu ciclo industrial com potencial para diversificar sua indústria, estagnou sua produção manufatureira a partir dos 90 e início do século XXI e que, pela análise dos dados dos gráficos e tabelas a seguir, mostram um processo de desindustrialização pejorativa, em função de políticas externas desfavoráveis à balança comercial, pouco investimento tecnológico em detrimento da exploração das commodities e recursos naturais, ocasionando a redução da participação da indústria no PIB, antes que os salários dos trabalhadores tivessem ganhos reais e qualificação profissional.

4.2 - Desindustrialização Precoce no Brasil

Um dos fatores que acusam a desindustrialização precoce, está no comparativo com os países ricos, pois estes ao se desindustrializarem apresentavam renda per capita acima de 20 mil dólares e 20% de participação da indústria no PIB. No caso brasileiro, alcançamos quase 30% de participação, porém a renda per capita era menos da metade da dos países ricos, como mostram os gráficos 3.1 e 3.2

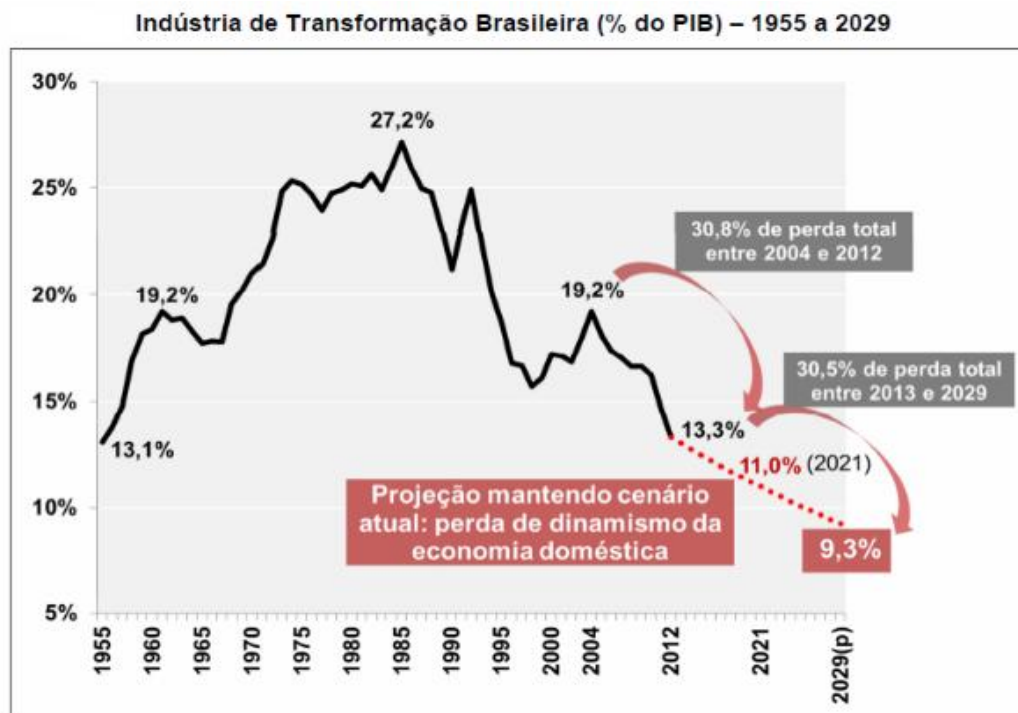
Figura 3.1

Participação da Indústria de Transformação x Renda Per-Capita 1970 – 2010



Fonte: Penn World Table Version 7.0 e ONU. Elaboração: Decomtec/FIESP.

Figura 3.2



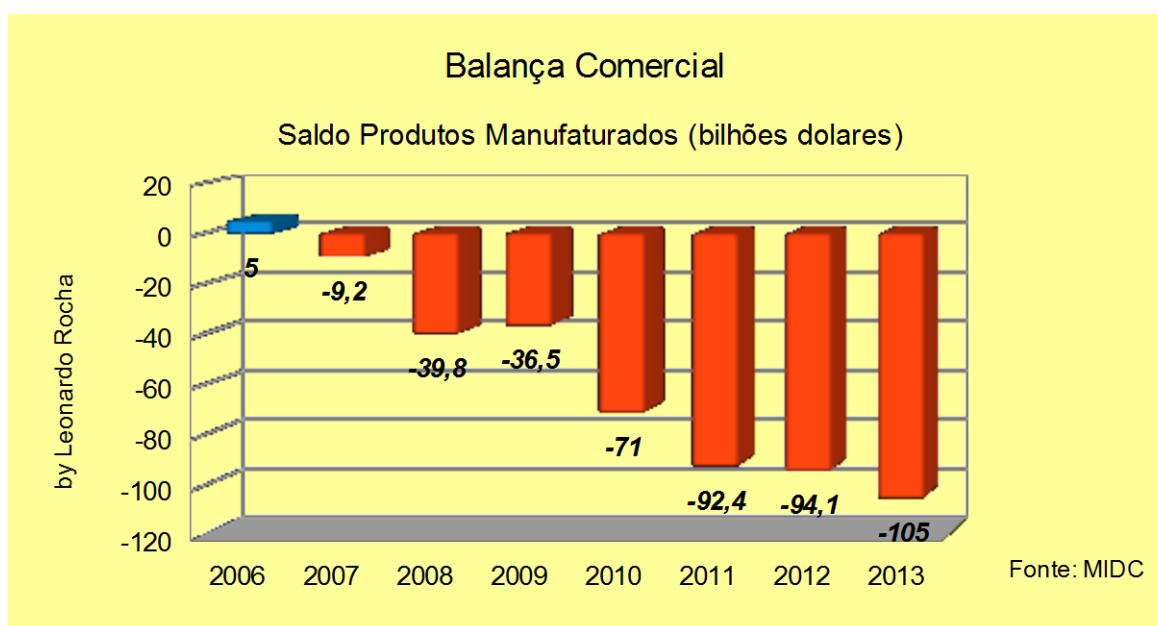
Nota: Série 1955-1994 com ajuste Depecon/FIESP devido à alteração no Sistema de Contas Nacionais.
 Fonte: SCN/IBGE. Depecon/FIESP. (p) Projeção FEA/USP, Ribeirão Preto.

4.3 – Perda de produtividade e investimentos

A indústria nacional entra o século XXI sem condições de recuperar os golpes sofridos durante a era do governo Collor e os programas neo-liberais do presidente Fernando Henrique Cardoso, pois com os mercados abertos e sem o protecionismo estatal muitas fábricas vieram a fechar e o setor industrial, com exceção dos automóveis e paralelos à construção civil, não participariam dos altos investimentos financeiros que o Brasil receberia nesses primeiros 10 anos do século XXI.

O aumento do consumo no Brasil durante a primeira década dos anos 2000, alimentado pelo crédito facilitado, lastreados pelo agronegócio e investimentos internacionais nas contas públicas; em um primeiro momento alavancou o crescimento econômico do país em função dos serviços e também da construção civil. Porém, a diminuição da participação da indústria neste cenário, onde o aumento da renda, principalmente no salário mínimo e do consumo levaram as pessoas a demandarem bens duráveis e industriais importados de última geração, que possuem melhor qualidade e preços, não encontrando muitas vezes concorrente nacional. Essas importações passaram a registrar saldos negativos na balança comercial de produtos manufaturados, acumulando déficits da ordem dos 100 bilhões nos últimos anos (figura 3.3) e que se não for corrigida poderá fazer com que o Brasil enfrente graves problemas no setor externo, com crescentes déficits em conta corrente e tenha que conviver com reduções na geração e na qualidade dos empregos.

Figura 3.3



Segundo Wilson Cano (2012), “a demanda por bens ‘de consumo duráveis importados vem quebrando e debilitando o elo de várias cadeia produtivas, eliminando empresas brasileiras da pauta exportadora, como tem acontecido com a crise no setor de auto-peças, que deixaram de exportar para o mercado Norte Americano e Europeu para se “transformarem em montadoras de motocicletas na Zona-Franca de Manaus...” (CANO 2012, p.13).

A concorrência com os importados também não poupou o mercado interno, diversas empresas consagradas que produziam instrumentos musicais e brinquedos como a Dolphin, Glaslite e Trol faliram enquanto outras, apesar de manterem seus nomes comerciais, importam produtos da China como atesta Carlos Tilkian, presidente da Brinquedos Estrela, em entrevista às páginas amarelas da revista VEJA, Junho 2014.

O ativo anterior, que eram as fábricas, perdeu valor. Gradativamente, reduzimos a incidência da manufatura no nosso negócio e partimos para contatos na China... conseguimos que o Inmetro implantasse normas de segurança para produtos importados.(Revista VEJA de 4 de Junho de 2014)

Verifica-se que independente do governo eleito, o Brasil desde os anos 90 não possui um programa ou políticas para o desenvolvimento da indústria nacional, preferindo políticas pontuais como adequação dos normas aos novos produtos importados ou redução sazonal de impostos, apenas para girar a economia naquele momento com o consumo e manter a folha de empregados no setor, mesmo que para isso a produtividade seja menor, como atesta a série de dados da tabela da figura 3.4 e 3.5

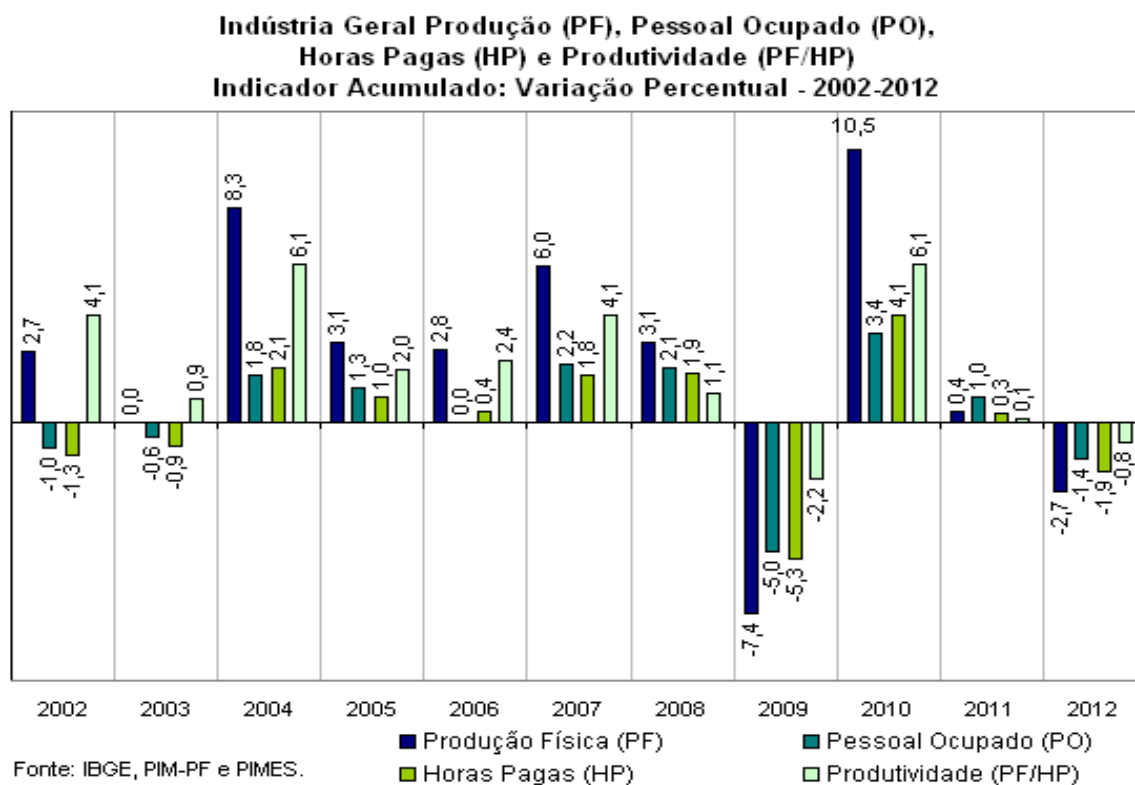
Figura 3.4

Indústria Geral - Produção (PF), Pessoal Ocupado (PO), Folha de Pagamento Média Real (FMR), Horas Pagas (HP), Produtividade (PF/HP) e Custo do Trabalho (FMR[PF/HP]) - Indicador Acumulado: Variação Percentual - 2002-2012

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Produção Física (PF)	2,7	0,0	8,3	3,1	2,8	6,0	3,1	-7,4	10,5	0,4	-2,7
Pessoal Ocupado (PO)	-1,0	-0,6	1,8	1,3	0,0	2,2	2,1	-5,0	3,4	1,0	-1,4
Folha de Pagamento Média Real (FMR)	-1,9	-3,6	7,7	2,3	1,4	3,6	4,0	2,6	3,3	3,3	5,8
Horas Pagas (HP)	-1,3	-0,9	2,1	1,0	0,4	1,8	1,9	-5,3	4,1	0,3	-1,9
Produtividade (PF/HP)	4,1	0,9	6,1	2,0	2,4	4,1	1,1	-2,2	6,1	0,1	-0,8
Custo do	-5,7	-4,5	1,5	0,2	-1,1	-0,5	2,8	4,9	-2,7	3,2	6,6

Fonte: IBGE, PIM-PF e PIMES.

Figura 3.5

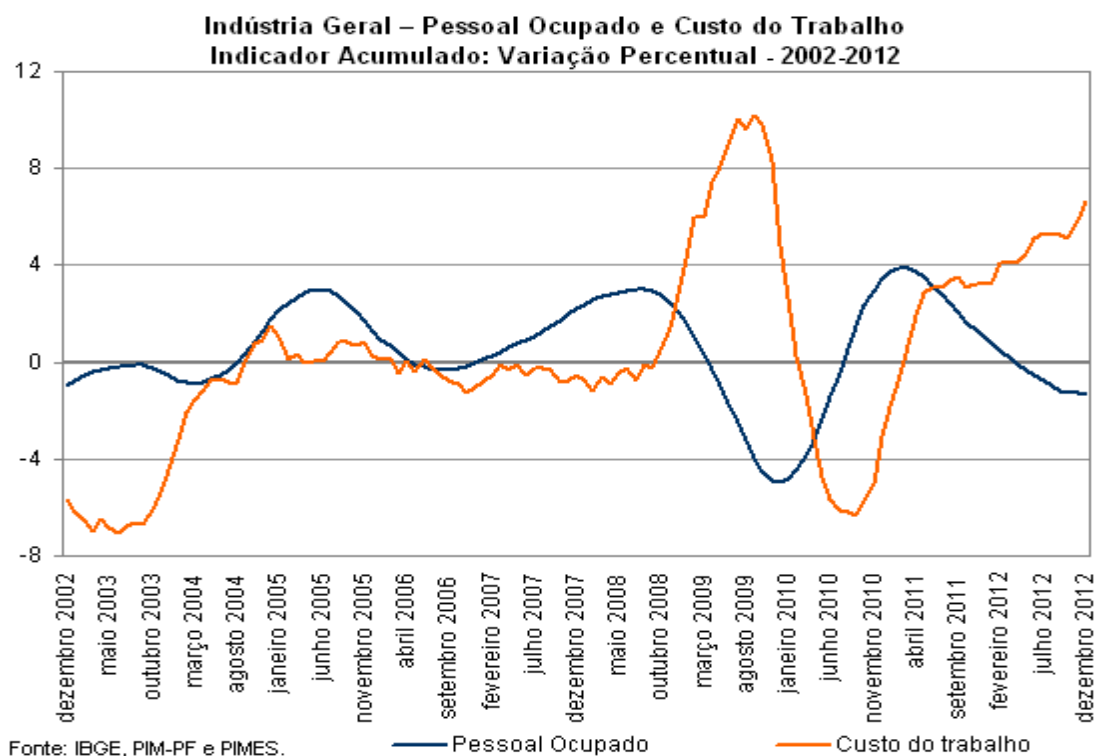


Apesar da recuperação pontual em 2010, após o golpe da crise econômica mundial, o setor industrial continuou sua trajetória de queda, devido a forte recessão externa e à perda de competitividade da indústria nacional, que além do pagamento do imposto de renda, tem que fazer face a carga tributária cumulativa da cadeia produtiva como ICMS, ISS, PIS, Cofins deixando o custo do trabalho muito elevado para o empreendedor, como demonstra a série de dados da figura 3.5 e 3.6.

O Baixo crescimento econômico e a falta de resposta do setor industrial aos estímulos pontuais oferecidos recentemente: como redução nas contas de luz, com injeção de 12 bilhões por parte do governo federal, estímulos fiscais e financeiros, pode indicar que os problemas enfrentados pela indústria são de caráter mais estrutural e têm sua origem no processo de desindustrialização que se acentuou em 2012.

Este resultado mostra que o grau de confiança dos investidores e empresariado industrial com o governo está comprometido, pelo fato do governo não sinalizar até então uma política de fortalecimento do setor.

Figura 3.6



4.4 - Doença Holandesa Brasileira

Outro problema enfrentado pela indústria brasileira é sua competição com os recursos naturais, uma vez que as *commodities* agrícolas e minerais, por mais importante e dinâmica que sejam, não conseguem agregar valor ao produto pois, seus preços são cotados fora do mercado nacional, deixando poucas alternativas para a economia caso a demanda por eles diminua ou os preços caiam.

Ao priorizar o mercado afim exportar matérias-primas, gerando menos empregos que a cadeia do setor industrial e bens de capital, podem ocorrer distorções no mercado e na estrutura do país, caso não sejam feitas reformas tributárias e políticas para dinamizar a infraestrutura. A entrada do dinheiro externo visando a compra das *commodities* tende a valorizar a moeda local, refletindo diretamente na dificuldade da indústria em competir com melhores preços. Com excesso de dinheiro circulando, mas com pouca produtividade, estarão abertos os caminhos para recessão e inflação. (figura 3.7)

Figura 3.7



A Exploração das commodities possui um custo muito baixo e grande produtividade e a apreciação do real frente ao dollar não são suficientes para retrain sua exportação, mantendo seu ciclo, porém a indústria sofre diretamente as consequências, pois o custo elevado na produção aliado às taxas de câmbio desfavoráveis impedem o setor de crescer, ficando cada vez mais difícil competir com os produtos importados que neste tempo já possuem melhor tecnologia e qualidade. (figura 3.8 e 3.9)

A bonança das exportações brasileiras em commodities fizeram com que as políticas do governo brasileiro a partir de 2002 deixasse de priorizar os projetos e investimentos no setor industrial e tecnológico, reprimindo seu crescimento por falta de reformas políticas e tributárias, como salienta o artigo da revista Economist de novembro de 2011:

Since the *pré-sal* was discovered Brazil's politicians have talked much less about reforming burdensome tax and labour laws... oil might block development as much as spur it on. (Revista Economist, nov 2011)

Enquanto simples exportador de produtos primários, o Brasil enfrentou, de forma sucessiva, crises cambiais arrasadoras, fruto de conjunturas internacionais adversas, que provocaram situações econômicas críticas e prejuízo para grande parte da sociedade. (DIEESE, 2010, p. 04)

A falta de planejamento nos demais setores, em detrimento da abundante reserva de recursos naturais, fez o Brasil especializar-se na venda das commodities, inibindo outros processo de desenvolvimento econômico que necessitam de investimentos em alta tecnologia para a produção de manufaturados e assim ter produtos com maior valor agregado em sua pauta exportadora.

Figura 3.8

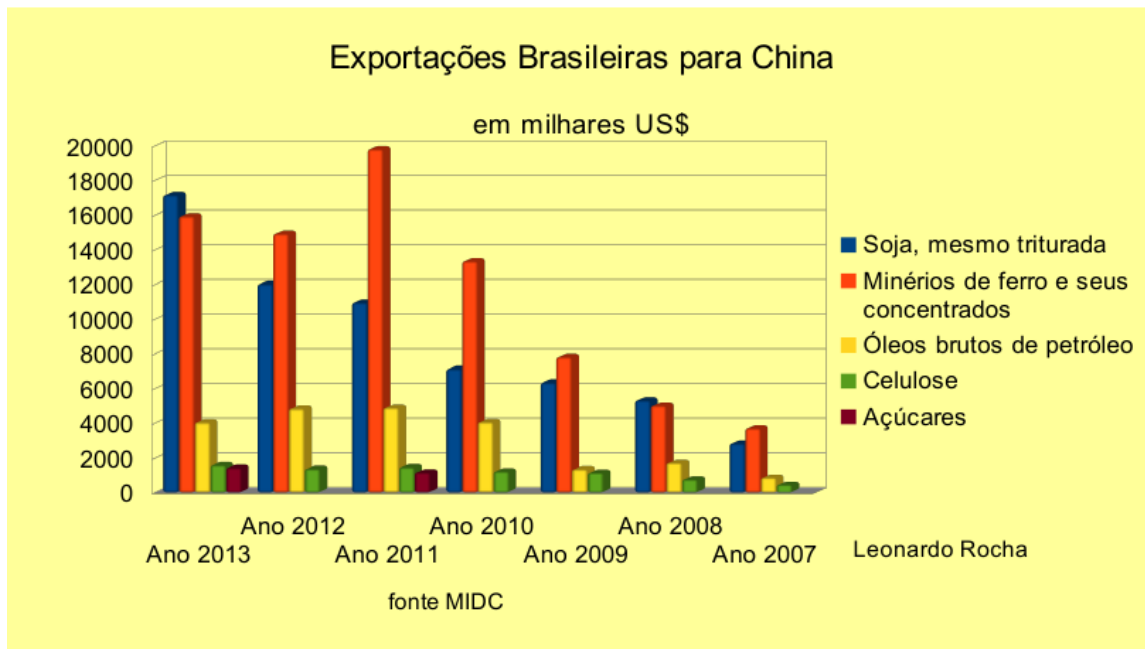
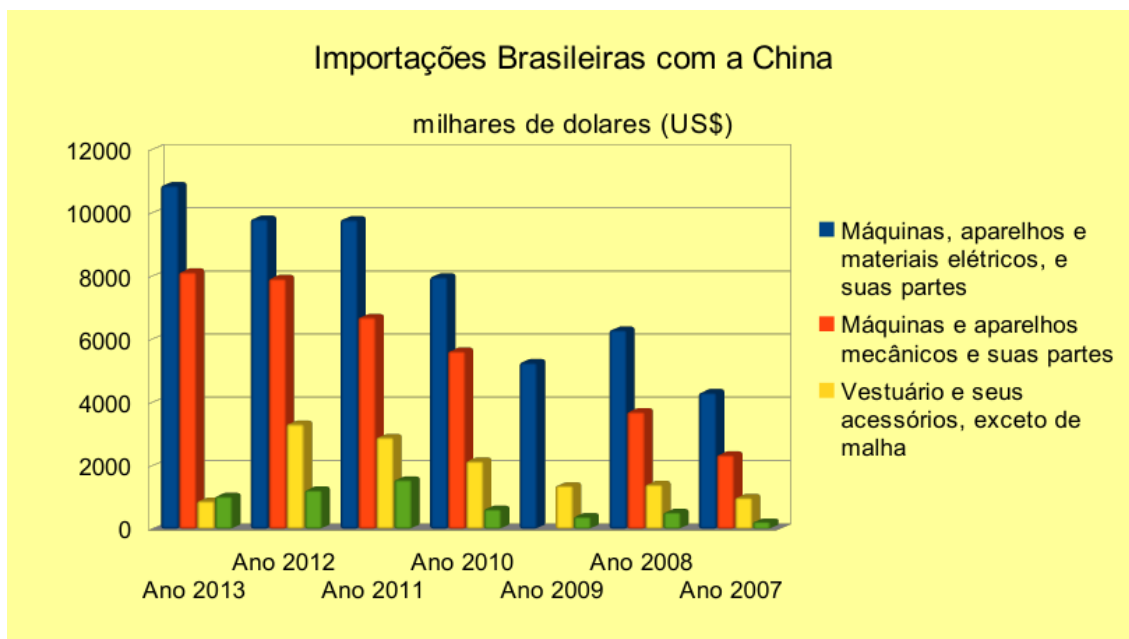


Figura 3.9



CONCLUSÃO

Dado o passado recente e a importância da indústria brasileira, chega a ser polêmico afirmar que o país esteja sofrendo de desindustrialização pejorativa, porém confrontando os indicadores podemos afirmar que o Brasil apresenta os três indícios negativos da desindustrialização.

É prematura pois o nível de renda ficou muito distante comparado aos países desenvolvidos quando estes iniciaram seu processo de desindustrialização. Apresenta baixa produtividade, onde o custo do trabalho é maior que o lucro na venda dos produtos e exige que o governo aplique incentivos paliativos e sazonais para não arcar com os custos de demissão, e por último e talvez o mais evidente fator que favoreça a desindustrialização pejorativa, o Brasil sofre de doença holandesa em função da reprimarização de sua pauta exportadora, inibindo os investimentos na indústria nacional.

Dessa forma, a desindustrialização pejorativa brasileira vem acompanhada da excessiva valorização cambial, altas taxas de juros, estrutura tributária elevada e cumulativa, problemas de infraestrutura, excesso de burocracia, acumulação insuficiente de poupança, educação formal insuficiente e baixa qualificação da mão de obra.

Os pontos elencados têm alto grau de relação entre si: altas taxas de juros contribuem para a valorização cambial. A estrutura tributária elevada e cumulativa aumentam os custos de produção, muitas vezes inviabilizando projetos industriais desestimulando a mão de obra qualificada, uma vez que haverá redução dos salários em função dos impostos.

Problemas de infraestrutura e burocracia impedem a dinâmica do setor. Os elevados custos do governo e aumento da inflação diminuem a poupança e o poder aquisitivo. A falta de políticas públicas de longo prazo e capacidade logística para melhor empreender e subsidiar de forma equilibrada os investimentos em recursos naturais e na pesquisa e tecnologia, aproveitando-se da indústria pesada, já consolidada há anos. Os recursos presentes no país e seu potencial não são estimulados, ao contrário, não há diálogos entre os ministérios não havendo políticas para o desenvolvimento do país.

. Estancar a desindustrialização pejorativa é fundamental para a continuidade do crescimento, sob o risco de perder todo o esforço despendido ao longo de muitos anos, começado na era Vargas, não pode ser freado sem que se corra o risco de um retrocesso econômico e social. Ao desindustrializar-se pejorativamente, o Brasil perde a oportunidade de elevar seu PIB em função da tecnologia e conseqüentemente a qualidade do emprego ficará comprometido a setores de níveis mais baixos na cadeia produtiva.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo: Editora Boitempo, 1999.

BACIC, Frederic Matias – A História do Desenvolvimento da Coréia do Sul. In. *Economidiando* 2011. Disponível em: <http://economidiando.blogspot.com.br/2011/03/historia-sobre-o-desenvolvimento-da.html>. Acesso em 16 de Agosto de 2014.

BARBOSA de OLIVEIRA, C.A. *O processo de industrialização - do capitalismo originário ao atrasado*. Campinas: IE/Unicamp, 1985. Tese de Doutorado.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Macroeconomia da estagnação: crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994*. São Paulo: Editora 34, 2007.

_____ *Existe Doença Holandesa no Brasil*. São Paulo: FGV, 2008.

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. In. *Texto Para Discussão 200*. IE/UNICAMP, Campinas, n. 200, jan. 2012.

CANUTO, Otaviano. *Os (des)Caminhos da Industrialização Tardia*. São Paulo: Nobel, 1994.

DUPAS, Gilberto – As duas contradições do capitalismo global 2001 (?)

EVANS, P. *Class, State and Dependence in East-Asia: Lessons for latin americanist*. Ithaca: Cornell Univ, 1987

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Formação Econômica do Brasil. In REGO, José Márcio & Marques, Rosa Maria (org). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Saraiva 2003.

NASSIF, André. Há evidências de desindustrialização no Brasil? In *Texto para discussão 108 – BNDES*. Rio de Janeiro, Jul 2006. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conheciment_o/td/td-108.pdf. Acesso em 16 de Agosto de 2014.

OLIVEIRA, Hipólita Siqueira de. *Desenvolvimento Regional Recente no Brasil*, Rio de Janeiro 2010.

Revista Economist, Novembro 2011. Disponível em: www.economist.com/node/21536570. Acesso em 16 de Agosto de 2014.

Revista VEJA de 4 de Junho de 2014. Disponível em <http://veja.abril.com.br/acervo/home.aspx>. Acesso em 16 de Agosto de 2014

ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. *Deindustrialization: causes and implications* IMF, 1997. (working Paper. n. 97/42)

SACHS, J.; WARNER, A. *Natural Resource Abundance and Economic Growth*. Cambridge: NBER, 1995. (Working Paper, n. 5.398)

SQUEFF, Gabriel Coelho, *Desindustrialização: Luzes e Sombras no Debate Brasileiro*. Brasília, IPEA, 2012.